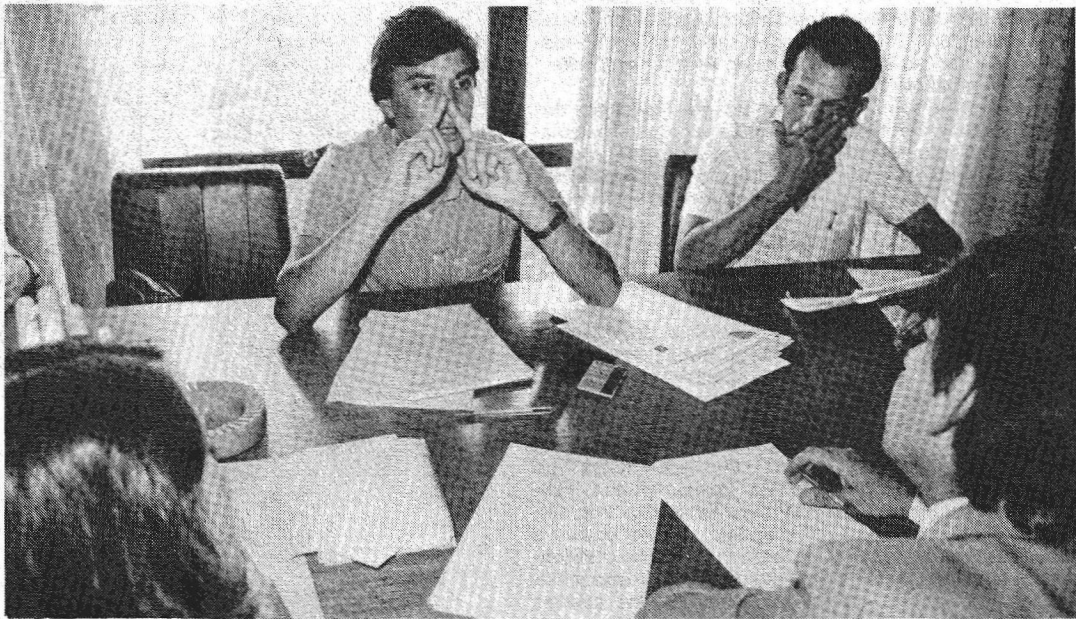


Pacote pode retornar ao Congresso

É a opinião de Dércio Munhoz, que vê a necessidade de mudanças



Marcio Pochmann, do Dieese, critica a falta de consulta à sociedade.

Vitória — “As contróversias geradas pelos diferentes resultados a que economistas chegaram sobre o cálculo da incidência do imposto de renda sobre os vários níveis salariais poderá resultar num retorno do pacote fiscal ao Congresso, para alterações”. A opinião é do economista Dércio Garcia Munhoz, indicado pelo então presidente Tancredo Neves para coordenar os estudos de elaboração de um projeto econômico para a Nova República. Munhoz participou do XIII Encontro Nacional de Economia, que foi realizado no Hotel Porto do Sol, nesta capital.

Ele acredita na necessidade urgente de, durante o recesso parlamentar, aprimorar a “discussão dos efeitos reais do pacote fiscal, bem como da origem do déficit público, onde há grandes dúvidas ainda não sanadas”. O economista acredita ainda ser “bom para o PMDB uma maior discussão em torno

do assunto, já que a emergência se deu em função da necessidade do preceito constitucional, que exige que alterações da legislação tributária sejam realizadas no ano anterior ao da sua vigência”.

Ele considerou a falta de tempo para um aprofundamento nas discussões “algo absolutamente lamentável, na medida em que essa discussão deveria ser de interesse do PMDB e da Frente Liberal, que tem responsabilidades políticas. Para Munhoz, as contas do peso que cada nível salarial sofrerá com as alterações do imposto de renda precisam ser refeitas, para que os economistas fiquem convencidos da certeza apresentada pelos ministros da área econômica.

“A postura que o governo tem adotado de dizer que seus cálculos estão certos não deveria ser mantida, bem como não deveria deixar esta questão para o futuro”.